

Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?¹

Farid Eid²

Resumo

O texto é dividido em três partes. Na primeira, analisa as raízes históricas da gestão estatal e privada da força de trabalho enquanto estratégia conjunta de controle das reivindicações do movimento operário e camponês, na França do século XIX, através das práticas assistencialistas e de benevolência nas esferas da produção e da reprodução. Na segunda, decorrente do desemprego e da exclusão sem precedentes no Brasil, a partir dos anos oitenta do século passado, o texto analisa experiências econômicas solidárias e os desafios colocados na perspectiva da sobrevivência e da autogestão. E na última, coloca-se em discussão qual o papel das políticas públicas, na atualidade, relacionadas à Economia Solidária. Estariam reproduzindo as relações históricas da caridade e do assistencialismo buscando novamente controlar os movimentos sociais ou irão no sentido de contribuir na construção da cidadania através da autonomia e da emancipação? A questão se coloca quando ocorre, nesse momento, uma renovação na política brasileira na esfera federal.

Palavras-chave: economia solidária, políticas públicas, cidadania, assistencialismo.

¹ Artigo apresentado e publicado nos Anais do XI FIEALC - – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003. Capítulo do livro: Educação e Sócio-Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades, 1, Cácares, UNEMAT Editora, 2004, v1, p. 156-172.

² Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. Ex-membro da Equipe Curricular Nacional do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Membro da Coordenação Nacional do Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Coordenador de pesquisas pelo MCT/MDA, Edital Agricultura Familiar, em parceria GEPES/UFSCAR/CONCRAB.

Introdução

Se nos anos gloriosos da economia capitalista, pós Segunda Guerra Mundial, havia uma relação direta e proporcional entre investimento privado e público com crescimento econômico e do emprego, a partir dos anos oitenta e, notadamente, nos noventa verifica-se uma dinâmica contrária.

A crescente internacionalização e desestatização da economia mundial, o Brasil aí incluído, associada ao movimento acelerado de concentração e centralização de capitais, é determinante no ressurgimento da economia mercantil e informal em proporções jamais vistas (Palloix & Zarifian, 1988; Lautier, 1994). Nesse processo, o setor de serviços mostra-se incapaz de absorver os milhões de trabalhadores desempregados. Como resultado da última década, tem-se um crescimento, nunca observado antes, do desemprego de longa duração, da miséria, da marginalidade e da violência. Este processo é marcado pela subproletarização aumentada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, itinerante, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado.

No Brasil, a formação histórica do mercado de trabalho mostra que o patronato, de modo geral, utilizava-se da mão-de-obra considerando-a descartável. A partir dessa visão predadora e criminosa, associada à omissão da fiscalização estatal e das dificuldades de organização e controle pelo operariado, encontra-se ao longo do século passado, a presença do emprego precário, em todas as regiões do país. Por outro lado, a retomada do crescimento econômico na atual conjuntura é fundamental, porém insuficiente para absorver os cinquenta milhões de brasileiros considerados pobres ou miseráveis. É nesse contexto que se coloca a importância de se construir uma forte e verdadeira Economia Solidária.

Hoje, o debate acadêmico e político sobre a importância da economia solidária poderia estar reduzido à polarização entre aqueles que a observam com desconfiança, como mais um movimento messiânico ou de políticas sociais de caráter assistencial, sem qualquer perspectiva de autonomia e de emancipação social, enquanto há outros estudiosos que a concebem como um movimento de empreendedorismo emergente, centrado na competitividade por mercados crescentes e integrados, todavia de forma subordinada à dinâmica das empresas capitalistas.

Neste debate, teríamos algumas categorias de análise, tais como, religiosidade, voluntarismo, caridade, assistencialismo ou, ao contrário, a competitividade, viabilidade econômica-financeira, estratégias de mercado, lucratividade. Porém, a economia solidária propõe-se a desenvolver empreendimentos econômicos solidários na perspectiva da auto-gestão dos associados e da formação de redes solidárias em nível mundial.

No plano teórico, os liberais entendem as experiências solidárias como sendo, mais uma vez, corretivo das crises cíclicas do sistema capitalista. Segundo essa concepção, quando o ciclo econômico entra em crise o aparecimento ou ressurgimento dessas experiências tem a função de reduzir pressões populares por trabalho, emprego e renda. Entende-se que o empreendimento solidário ao crescer, torna-se empresa capitalista, sendo contrário, torna-se inviável e fecha. E tão logo o ciclo econômico da economia capitalista entraria em fase de crescimento, os capitalistas estariam investindo, gerando novos empregos e isso levaria trabalhadores associados em empreendimentos solidários a optarem em retornar ou iniciar-se na condição de trabalhador assalariado..

Porém, categorias analíticas tais como politecnicidade dos trabalhadores, autogestão, democracia interna, solidariedade, movimento social, políticas

públicas, sociedade, estado ficariam num plano inferior ou seriam esquecidas, sem receber a devida importância, mesmo quando se tratasse de debater economia solidária?

Ainda encontramos aqueles que afirmam que a economia solidária não seria mais que uma forma de retardar o processo de ruptura com o sistema, através da contribuição à gestão da crise capitalista, via pacto social. Não observam a importância dos trabalhadores serem propositivos e ativos no sentido de buscar a conquista da autonomia e construção da cidadania coletiva.

Para os que acreditam que a economia solidária, não-capitalista, pode ser uma alternativa de geração de trabalho, emprego e renda, é consensual e de fundamental importância que qualquer estratégia para seu crescimento deva prever a elaboração participativa na formulação e na implementação de políticas públicas específicas.

A primeira parte do texto apresenta as raízes da formação histórica da gestão estatal e privada da força de trabalho na França, no início do século XIX, enquanto estratégia conjunta de governantes e patronato em buscarem controlar reivindicações do movimento operário e camponês de direito ao trabalho, através de práticas assistencialistas e de controle na produção e na reprodução da força de trabalho.

A importância do tema se coloca em função do acelerado crescimento do desemprego e da miséria no país, ao mesmo tempo em que ocorre uma renovação na política, sobretudo na esfera federal, o que recoloca a importância de políticas públicas que não sejam paliativas, compensatórias, tratando a economia solidária como a economia dos pobres, portanto que necessita continuamente de assistência e de caridade.

Observa-se que diversas táticas do patronato francês da época foram introduzidas no Brasil (Eid, 1990), a exemplo das cidades-fábrica com vilas operárias.

Em seguida, mostra como no final do século XX no Brasil, com o crescimento acelerado do desemprego e da exclusão, ressurgem experiências solidárias na perspectiva da autogestão (Gaiger et al. 1999; Gaiger, 1999; Icaza, 2000; Eid, 2000; Eid, Gallo & Pimentel, 2001). Estariam se apresentando enquanto uma alternativa concreta para trabalhadores não submetidos ao regime de trabalho assalariado? Como enfrentam os desafios? Coloca-se em discussão qual o papel das políticas públicas relacionadas à Economia Solidária hoje. Estarão reproduzindo as relações históricas da caridade e do assistencialismo buscando novamente controlar os movimentos sociais ou irão no sentido de construir a cidadania através da autonomia e da emancipação? A questão de fundo é saber se é possível a implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, para o desenvolvimento da economia solidária, sem reproduzir o assistencialismo tão impregnado nas políticas sociais no Brasil.

No terreno microeconômico o desenvolvimento da economia solidária, não capitalista e em alianças táticas com empresas de responsabilidade social, pode significar a defesa de iniciativas coletivas geradoras de novos atores econômicos.

E em termos macroeconômicos, vai além, passando pela melhoria da qualidade de vida e recoloca a importância da autogestão dos trabalhadores, enquanto decisão autônoma de produção de bens e de serviços. Estas experiências observadas na cidade e no campo podem estar contribuindo na geração e na implementação de uma nova política de desenvolvimento.

PARTE I Formação histórica da economia social na França

No início do século XIX, anos 1800-1804, Chaptal ocupara o cargo de Ministro do Interior francês de Napoleão Bonaparte. Em “Algumas reflexões sobre a indústria”, defende que o estado não deveria se omitir a comandar a política industrial, protegendo-a e encorajando-a, criando as condições ao desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, deveria convencer o patronato industrial que suas funções seriam de interesse nacional, portanto, assumiriam também uma função pública. Para ele, seria necessário que fosse criado um sistema harmônico de apoio mútuo entre a ação governamental, a iniciativa dos industriais e o trabalho dos operários (Ewald, 1983).

Este, desenvolveu idéias novas à época, de que o estado, ao contrário das idéias liberais de Adam Smith, deveria incentivar a industrialização desenvolvendo um dispositivo de segurança, através da garantia da: propriedade empresarial, segurança pública, realocização espacial das empresas e dos trabalhadores, estes, encorajados para o trabalho assalariado e para a formação, sob controle estatal, das caixas de pecúlios e de poupança.

Ao mesmo tempo, o estado se vê obrigado a formar dirigentes de empresas, mostrando-lhes que deveriam governar suas empresas semelhantes a uma “autoridade social”. Segundo Chaptal, e mais tarde com Le Play nos anos 1840, a pretensão seria a de se construir uma sociedade harmônica pois, a industrialização tornar-se-ia realidade.

É nesse sentido que a gênese da economia social se apresenta em oposição à economia política liberal, desde o início do século XIX na França e, final do século XVIII na Inglaterra. Se a partir dos trabalhos de Adam

Smith, final do século XVIII, (principalmente com *Riqueza das Nações, de 1776*) a economia política liberal desenvolvia a idéia de que as relações entre patronato e operários, deveriam se dar através do contrato social, restrito a simples troca de salário por serviço, com a economia social introduziu-se a doutrina do “contrato de trabalho” e da segurança civil.

Efetivamente, essas idéias seriam colocadas em prática em 1827. Com o regime do patronato que tem sua origem, com a formação da Sociedade Industrial de Mulhouse, a qual defenderia uma limitação para a jornada diária de trabalho para as crianças e com a legislação nesse ano, limitando o trabalho das crianças, podendo ser considerado como o nascimento do direito do trabalho. Nos anos 1840 essa doutrina passaria a ser oficial e a base de um programa de reforma social para se proteger da ameaça socialista, pelo reconhecimento do direito ao trabalho para todos.

Nesse contexto, alguns fatos e datas são considerados importantes, tais como, lançamento do manifesto comunista em 1847, revolução republicana de fevereiro de 1848, barricadas populares pela revolução socialista em junho de 1848, lei de 18 de junho de 1850 com a “instituição de uma caixa nacional de aposentadorias”, lei de 15 de julho de 1850 - “Instituição de uma sociedade de seguros mutualistas”, 02 de dezembro de 1851 o golpe de estado de Napoleão III, e em 1867 Le Play torna-se senador e conselheiro do estado bem como recebe recompensas por seus trabalhos sobre “o bem estar material, moral e intelectual”.

Pode-se sintetizar esse processo histórico, na França do século XIX, mostrando que uma resposta patronal e dos sucessivos governos à luta operária e camponesa, pelo direito ao trabalho, foi a assistência social entendida como um dever social e não como um direito (Donzelot, 1984).

Mas é na Inglaterra a primeira pátria do capitalismo, com a aplicação da política do “Speenhamland”, nos anos 1795-1834, serão criadas condições facilitadoras para o desenvolvimento do trabalho assalariado, na medida em que se assegura o princípio “Um direito de viver”, através da doação de uma renda mínima aos pobres, independentemente de seu trabalho e distribuída nas paróquias da cidade (Polanyi, 1983).³

À época, na França, o patronato para se assegurar do sucesso desse processo de industrialização tinha, o que Donzelot chama de “o arsenal do paternalismo” (1984: 144). O patrão poderia se assegurar que o operário não o deixaria, a não ser nas formas convenientes, pois o operário não poderia encontrar outro emprego sem o seu livreto de anotações e, que o patrão conservaria o mesmo durante toda a vigência do contrato.

Esse arsenal é constituído por diversos elementos que se interagem. O livreto de anotações sobre o comportamento e a vida profissional do operário (*livret ouvrier*) serviria a três objetivos: a) para o governo – controlar, vigiar e assegurar populações operárias; b) para a empresa – serviria, sobretudo, para manter a subordinação dos operários em relação aos patrões. Tratava-se de um meio para resolver o problema da produção: mão-de-obra estável, regular e permanente; buscar a harmonia na hierarquia durante a produção; impedir as práticas de luxúria e libertinagem; c) para os operários – o livreto operário, entendido como diário de seu comportamento, atestaria a sua conduta e ofereceria ao bom operário o crédito do qual ele poderia vir a necessitar. O livreto deveria ficar sempre junto com o trabalhador durante a busca de um novo emprego e para viagens, senão ele seria considerado um vagabundo.

³ Hoje, essa renda mínima é considerada o equivalente a um salário social, e aparece sob a forma de complementos de salário ou de substituto integral nos casos de ausência de um salário para desempregados.

Outro elemento importante, o conselho de juizes (*conseil prud'hommes*) com cinco patrões e quatro mestres artesãos para julgarem, aos interesses do patronato, os problemas trabalhistas. E com objetivo de acelerar a disciplina do capital no interior das empresas, o regulamento do atelier cuja redação de um projeto de lei foi desenvolvido por um jurista, ministro de Napoleão, e dizia que: aquele que dirige o trabalho deveria ser obedecido em exatamente tudo o que lhe é relativo.

O estado, a partir de Chaptal, passaria a reconhecer o patrão como o dirigente do trabalho e encorajaria o desenvolvimento da disciplina e da submissão à hierarquia no interior da produção e, em seguida, exterior à produção, nas “vilas políticas” (Ewald, 1983:119).

As vilas políticas deveriam ser construídas com a estratégia patronal de fixar e controlar a família operária numa relação de dependência com a “economia da necessidade”, pois os aluguéis reduzidos permitiriam um aumento real de salários, porém a família estaria ligada e dependente da empresa, sobretudo, a partir da construção de equipamentos sociais, tais como: a vila operária, as escolas patronais, as caixas de aposentadoria, de seguros, de serviços médicos, igreja, jardins, esportes, etc. Uma nova doutrina estaria sendo introduzida nas relações sociais com o pagamento dos salários em espécie e, em subvenções e gratificações.

O salário seria o pagamento legal e as subvenções e gratificações serviriam como um pagamento em função dos méritos e fidelidade ao espírito da empresa. Com essa prática, o patronato inverte a seu interesse, a relação de dependência do trabalho assalariado dos operários.

Em uma concepção capitalista clássica o salário é um modo ruim de remunerar o trabalho. Interpreta-se que sendo o operário melhor

remunerado em dinheiro, menos ele trabalha e, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho, ele gasta seu dinheiro em bobagens e menos ele poupa. Portanto, com essa dupla crítica ao salário, pelo patronato, introduziria táticas múltiplas de remuneração. Se por um lado, o salário pagaria o trabalho do operário, por outro com o pagamento de subvenções, gratificações e outras liberalidades, o patronato satisfaria suas obrigações sociais e morais. Interpretar-se-ia que a subvenção moralizaria o operário. Seria uma função de seus méritos, de sua fidelidade.

Nesse sentido, salários e subvenções obedeceriam a duas lógicas diferentes: a) o valor da subvenção seria maior para operários que tem família em relação aos solteiros; b) a subvenção não é um sobre-salário, corresponderia a um salário garantido, um salário “seguro”; c) O salário e a subvenção não obedeceriam ao mesmo regime jurídico. O primeiro, seria uma obrigação legal que pagaria uma quantidade abstrata de trabalho, enquanto que, o segundo seria facultativo e benevolente.

A subvenção distingue e individualiza e pode ser entendida como uma liberalidade patronal. A subvenção é paga em natura e o salário é pago em dinheiro. A prática do patronato, em valorizar a subvenção, consistiria em passar de uma problemática específica do salário, para uma problemática geral sobre a remuneração. O salário seria pago o mais baixo possível e as subvenções aumentariam de forma personalizada por critérios de justiça patronal, distinguindo-se os bons dos maus operários. O regime do patronato tem uma característica maior, ser uma economia de poder autônomo, não significando que esteja constituído independentemente das obrigações jurídicas, sociais e políticas, talvez pretendendo fornecer a base para constituição de sociedades industriais.

Nessas relações sociais, as de cunho patrão-operário não são assimiláveis a uma troca contratual, mas centrados sob o problema da segurança. Em “dando” trabalho ao operário, o patrão realiza um ato de benevolência e o operário reconhece isso. A boa vontade do operário o conduziria a aderir ao espírito da empresa, mas a manifestação de uma má vontade significaria a exclusão.

O regime do patronato reconheceria que a produtividade do trabalho é função do “homem por inteiro” e não somente da força de trabalho compreendida como mercadoria. Por trás de um operário existe uma família e suas necessidades, pelo menos as essenciais.

O patronato procuraria conhecer os funcionários, identificar colaboradores, suas necessidades, seu caráter, sua personalidade, suas qualidades e defeitos, sua vida privada. E os operários, se seguirem esta lógica, procurariam conhecer e apreciar o patrão. Apreciá-lo tornar-se-ia uma condição para o estabelecimento de laços paternalistas, familiares, que poderiam unir patrão e operários.

A partir desse processo de conhecimento o patrão realizaria a cooptação de certos operários, para participarem com ele na gestão das instituições patronais. A ausência dessas práticas atestaria o antagonismo de classes e sua presença, a colaboração de classes.

Para funcionar, seria necessário também resolver o problema da produção: formar e disciplinar a mão-de-obra. Para isso, uma tática patronal seria a ação de submeter os operários a uma disciplina industrial, a partir da gestão da insegurança e da precariedade da existência operária, em outros termos, “utilizar-se de sua improvidência”. (Ewald, 1983: 120).

Após a fixação dos operários em alojamentos, construídos perto das minas, foi preciso torná-lo produtivo. E isso exigiu um trabalho de aprendizagem no sentido de qualificar para o trabalho assalariado; moralizar o operário, estimulando hábitos e, sobretudo, a boa vontade para “valorizar” seu trabalho, excitar seu amor próprio; acompanhar a vida do operário, desde seu nascimento até a morte, através das escolas patronais.

As instituições patronais teriam um objetivo específico que seria o de integrar em uma mesma tecnologia o imperativo do lucro. É a maneira histórica e singular que o patronato encontraria para resolver, a seu interesse, simultaneamente, problemas de produção e de sua responsabilidade política e social que lhe foi atribuída, pelo estado, na economia geral da sociedade industrial.

Do ponto de vista político, as instituições patronais teriam por função a ligação do patrão com o operário e sua família, de socializar o operário no âmbito da empresa.

Do ponto de vista social, as instituições patronais seriam uma resposta ao problema de segurança civil dos operários, na medida em que se cobrava do patronato, ser responsável pela pauperização do operariado e do campesinato.

Acrescente-se a esse sistema, o papel da vila política enquanto conjunto interligado, da usina com os equipamentos sociais. Não seria somente um instrumento de produção, mas teria a função de servir como organização social.

Na vila-usina ou na cidade industrial seriam instalados equipamentos sociais, tais como, alojamentos, caixas de aposentadoria, de auxílios e de socorros, igreja, escolas, jardins operários, escolas de música e de esporte,

barracão da empresa para venda de produtos aos operários, entre outros. Estes, serviriam para demonstrar como os trabalhadores assalariados poderiam estar atrelados ao poder político patronal. Afinal, a vila teria seu próprio regime de obrigações e sua própria justiça.

Os anos 1880 a 1910, a partir do debate sobre a responsabilidade dos acidentes de trabalho, mostram a emergência do estado do bem estar social na França (Ewald, 1983:323). Em 1880 e por dezoito anos, tramitou na assembléia nacional francesa o primeiro projeto de lei sobre a responsabilidade dos acidentes de trabalho cujos operários são vítimas. O debate era para saber de quem seria a culpa, dos operários se decorrente de um ato de imprudência, ou dos patrões se decorrente de más condições de trabalho. Em 9 de abril de 1898 o projeto é transformado em lei social para os acidentes de trabalho. Em 1905, é aprovada a lei para a assistência obrigatória aos indigentes, doentes e velhos e, em 1910, a lei sobre as aposentadorias operárias e camponesas. Ewald analisa que nesse processo as elites procuraram transformar o risco profissional de acidentes de trabalho em risco social, introduzindo a caridade e a assistência.

Com esse dispositivo em funcionamento, um rápido crescimento econômico é obtido, verificado, na virada do século XX na Inglaterra, com cerca de 90% de taxa de assalariamento, e na França chegava a 60%, o estado dispunha de recursos financeiros para o seguro social⁴. E sobretudo, porque a proteção social ofereceu as condições favoráveis para a acumulação de capital pela regulação da demanda e altas de produtividade, mas notadamente esta relação acumulação intensiva-proteção social é efetuada com a intervenção social do estado.

⁴ Nos países chamados de terceiro mundo, ainda predomina a assistência social.

O termo estado do bem-estar social está historicamente ligado à colocação em prática do regime de acumulação intensiva na Europa, durante os anos 1920 e, sobretudo após a segunda guerra mundial.

Geralmente é utilizado para países onde a intervenção do estado apresenta as seguintes características: a) a intervenção é generalizada a toda ou, ao menos, a 90% da população; b) ela é tendencialmente homogênea, o que implica uma centralização da gestão e uma solidariedade obrigatória entre organismos de proteção, ela é nos seus efeitos redistributivista de rendas.⁵

É com a tentativa de se articular o melhor possível duas lógicas antagônicas – a racionalidade econômica pela acumulação de capital e a racionalidade social pela segurança social - que se desenvolve o estado do bem-estar social, “sua linguagem está fundada sob a promessa de uma sociedade reconciliada com ela mesma” (Donzelot, 1984:172).

Parte II. Experiências e desafios da economia solidária na atualidade

a. Importância do trabalho para a economia solidária

Em diversas regiões do país já se pode observar algumas vantagens do trabalho cooperado em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição

⁵ Esse esquema funcionou bem até meados dos anos 70 quando se inicia uma crise de financiamento do estado do bem-estar social analisada em Rosanvallon (1985). Empresas e trabalhadores reduzem a cotização ao estado em função da informalização das relações de trabalho causando impacto na arrecadação da previdência social e portanto nos gastos públicos com assistência social aos pobres e necessitados. Uma saída tem sido aumentar a carga tributária sobre os trabalhadores da economia formal e sobre as empresas registradas.

de co-proprietário e gestor do negócio com poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; realizar o trabalho como algo digno e não como atividade penosa. A eficiência no trabalho se desenvolve onde existe conjugação de interesses e motivações comuns aos membros. Com isso, pode-se obter maior uso da capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo. Pode-se obter maior ampliação do conhecimento técnico e profissional podendo ser apropriado pelo coletivo, incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente, abrindo mão de rendimentos mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando.

De fato, enquanto na empresa capitalista, geralmente os empregados competem entre si por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia; no empreendimento solidário, a tomada de decisão, em princípio, é feita com o conjunto de todos os trabalhadores, a confiança e a ajuda são vitais (Singer, 1999a, 1999b).

O primeiro passo para a consolidação de uma experiência que pretende ser autogestionária, é distinguir entre o engajamento efetivo do coletivo e um envolvimento formal e aparente. O caminho a ser percorrido é tentar desarmar as relações humanas em um patamar mais saudável, moralmente mais maduro e politicamente mais consciente.

Da mesma forma que não existe autogestão sem um engajamento efetivo, apenas a vontade sincera do grupo não garante nada. É preciso estar atualizado com relação às questões de organização da produção e do

trabalho, controles administrativos e comerciais, buscando implementar idéias novas, criativas que auxiliem na construção da viabilidade com planejamento da demanda para tornar o empreendimento eficiente e capacitado para sobreviver no mercado.

Em diversas experiências, na área rural e urbana, pelo menos três resultados podem ser facilmente observados: garantem sobrevivência, criam oportunidades para o desenvolvimento das potencialidades profissionais em muitas vezes com aprendizado de um ou mais ofícios, talvez na perspectiva da politecnia e rompem com o padrão paternalista e clientelista, historicamente predominante na assistência para com as populações pobres

b. experiências em economia solidária

Historicamente, experiências da economia popular surgiram antes da implantação da economia capitalista, da economia informal e, mais recentemente com a emergência da chamada economia solidária. Durante séculos, de modo geral, teriam sido experiências isoladas, efêmeras, precárias e localizadas.

A partir de meados da década de 1980, diversas experiências de economia solidária têm sido analisadas menos como ações assistencialistas e desagregadoras, como ação pré-política, e mais como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho e do mercado. Estas experiências indicam um potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais.

Algumas iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza através de redes solidárias, motivando a ação de entidades de classe e de políticas públicas no campo popular, orientadas para a construção de uma economia alternativa concreta, conhecida como economia solidária e que procura estar articulada nos movimentos sociais. Nesse processo de gestação, em co-existência e contradição com uma economia capitalista fortemente hegemônica, diversas experiências que reivindicam da auto-gestão, ainda têm sido circunstanciais e de difícil registro.

Todavia, a partir da década de noventa, ano a ano, aumenta-se o interesse por investigações científicas sobre iniciativas solidárias no campo e na cidade procurando-se analisar os impactos na qualidade de vida e do desenvolvimento local e regional em diversas áreas do país.

Este interesse crescente perpassa a academia e atravessa os gabinetes de gestores públicos em diversas municipalidades, governos estaduais e, finalmente no governo federal que a partir de meados de 2003 cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ocupada pelo economista e professor Paul Singer, pioneiro na contribuição teórica sobre a economia solidária.

A economia solidária parte de valores distintos aos valores predominantes na economia capitalista, destacam-se: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Aqui a racionalidade social, sendo mais importante que a racionalidade técnica está fundamentada na cooperação com a exploração coletiva das potencialidades profissionais, em benefício dos próprios produtores. O trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade. A

acumulação deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores.

Nas leituras, relatos de trabalhadores associados, assessores e gestores públicos sobre experiências solidárias e autogestionárias observa-se forte presença histórica de setores da igreja progressista, principalmente com a CARITAS e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) apoiando essas iniciativas solidárias, notadamente na luta pela reforma agrária e na organização de cooperativas rurais, entre outros movimentos sociais. Atualmente, apesar da existência de experiências rurais com cerca de oitenta cooperativas e quatrocentas associações de reforma agrária organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), algumas com razoável grau de diversificação e agroindustrialização, poucas tem cerca de dez anos de existência, e encontram-se principalmente nos estados da região sul do país.

Ao mesmo tempo, desde o início dos anos noventa até o início de 2003, já se contabiliza cerca de 400 empresas capitalistas que foram à falência e entregues aos trabalhadores como forma de pagamento dos passivos trabalhistas. Os sócios-trabalhadores destas empresas ao pretenderem desenvolver a auto-gestão, constituíram a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto-Gestão (ANTEAG), associação esta que presta apoio à gestão dos empreendimentos coletivos.

Outra experiência importante e que vem crescendo nos últimos anos é da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual vem formando cooperativas e empresas autogestionárias, na área rural e urbana, principalmente após a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), em fase de estruturação em dez estados (base: novembro de 2002). A ADS da CUT, desde sua formação no início desta década, tem a parceria da Rede

Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

Na área rural, a CUT destaca-se através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Empregados e Assalariados Rurais do estado de São Paulo (FERAESP); enquanto que na área urbana, principalmente através da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). Pela CONTAG, através de Federações de Trabalhadores na Agricultura, a exemplo dos estados do Pará (exemplo, no município de Benevides, a Cooperativa Central Nova Amafrutas que exporta frutas de elevado valor agregado), Ceará (na região de Quixeramobim, onde uma associação produz na cadeia produtiva do algodão orgânico), Pernambuco (no município de Catende, ex-usina de açúcar Catende) e Rio Grande do Sul (diversas regiões, principalmente no ramo da metalurgia) e, através da FERAESP principalmente no município de Araraquara, parte da antiga usina de açúcar Tamoio.

E pela CNM, têm-se experiências dos metalúrgicos em diversas regiões do país, tais como a UNISOL Cooperativas (cerca de vinte cooperativas, em diversos ramos de atividades, sendo doze de produção, e o restante no ramo de serviços, em articulação com outros sindicatos e parcerias com prefeituras municipais, a exemplo da Uniforja na região do ABC paulista, a Alumifer em Erechim, e a Geralcoop em Guaíba, ambas no estado do Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, desde meados dos anos 90 vem ocorrendo a organização de incubadoras universitárias de empreendimentos da economia popular e solidária. Encontram-se em diversas regiões do país, em estágios diferenciados de atuação e consolidação. Hoje já se contabiliza

trinta universidades, e outras vinte em processo inicial de organização, que desenvolvem atividades de incubação entendida como formação e assessoria continuada, além de apoios às demandas de cooperativas, associações, empresas auto-gestionárias urbanas e rurais..

Na atualidade, torna-se cada vez mais importante trabalhar na perspectiva da construção da viabilidade dos empreendimentos solidários, o que significa reduzir a possibilidade de crises. No planejamento para definição da atividade econômica do empreendimento, a ser construído, deve-se levar em consideração que a viabilidade é um processo que pode ser construído, na própria dinâmica de inserção no mercado.

A construção da viabilidade deve trabalhar com o planejamento da demanda para diversos prazos e passa necessariamente pela articulação nos e com os movimentos sociais em nível local, regional, nacional e internacional. Falamos de políticas públicas, ação sindical, apoio de igrejas, ONGs, instituições de apoio/fomento, incubadoras, núcleos e grupos de pesquisas em universidades, associação de moradores, cooperativas urbanas e rurais que podem estar articulados no sentido de se identificar demandas para um empreendimento coletivo a ser formado. Somente após a construção mínima dessa viabilidade é que se deve decidir sobre a criação de uma cooperativa.

c. desafios da economia solidária

Talvez o maior desafio para a construção de uma forte Economia Solidária está no fato de estar inserida em uma sociedade contraditória, marcada historicamente por relações sociais e de produção capitalistas. No entanto, esse conjunto de relações é hegemônico e não totalitário. A história de lutas

dos trabalhadores demonstrou ser utópica essa pretensão de incorporar todas as relações sociais numa lógica de subordinação ao capital. Há e sempre houve movimentos de resistência a esse processo. Por outro lado, a sociedade de hoje que convive com a hegemonia da economia capitalista e com a gênese de um novo tipo de economia é herdeira de deficiências educacionais e tem que lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Por isso, enfrentar os desafios de forma objetiva, amadurecendo seus conhecimentos e culturas de grupo, buscando desenvolver a coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo, torna-se estratégico para o sucesso dessas iniciativas autogestionárias.

A cada dia novos desafios surgem para os trabalhadores que se vêem obrigados a desenvolverem suas potencialidades profissionais historicamente impedidos pelas relações de trabalho e de produção despóticas onde a gerência científica impunha, e continua impondo nas empresas tradicionais, o não reconhecimento dessas competências. Por um lado, o reconhecimento poderia significar um aumento nas pressões do operariado por melhorias nas condições de vida e por outro, colocaria a questão da competência da gestão em debate.

Seguindo essa linha de raciocínio, a formação continuada e integrada nos planos administrativo, técnico e político assume um papel fundamental para o sucesso dessa estratégia. Levando-se em consideração essas características podemos concluir que o maior risco para esses empreendimentos solidários é entrar no jogo da banalização dos princípios duramente construídos, buscando seu crescimento pela via da competição

a qualquer custo com as empresas capitalistas e com os outros empreendimentos da economia popular e solidária.

Abrir mão dos princípios, para garantir a concorrência e não o desenvolvimento da (inter) cooperação e do crescimento dos movimentos sociais por melhores políticas públicas, é não compreender que essas experiências populares têm também como importância mostrar ser possível o crescimento de formas democráticas de organização do trabalho e da produção.

Pode-se até mesmo sonhar que num futuro distante, dentro da utopia dos trabalhadores, essas formas democráticas venham a tornar-se hegemônicas; mesmo que na atualidade, sirvam como experiências pontuais demonstrando ser possível construir uma reserva estratégica para uma mudança estrutural da sociedade.

Abandonar essa oportunidade histórica, que os trabalhadores tem na atualidade, talvez a maior nesses dois séculos de capitalismo, permitirá num futuro talvez menos distante, que a hegemonia do capital neutralize ou destrua novamente uma iniciativa dos próprios trabalhadores. É nesse sentido que autores como Singer (1999a; 1999b), Gaiger et al. (1999), Eid (2000), Icaza (2000), entre outros, entendem o cooperativismo popular como sendo parte integrante da Economia Solidária, enquanto um movimento social em fase de crescimento organizativo e articulado, mas sem deixar de lado seu caráter de resistência à economia capitalista e não de subordinação ou emancipação.

Parte III. Economia solidária e políticas públicas

“No Brasil, há municípios cujos atributos estruturais lhes permitiriam assumir a gestão de políticas sociais sem incentivos derivados de estratégias de indução advindas dos níveis mais abrangentes de governo. Nestes casos, estratégias de indução podem até mesmo ser desnecessárias. Mas, a grande maioria dos municípios brasileiros caracteriza-se por baixa capacidade econômica, expressiva dependência das transferências fiscais, e fraca tradição administrativa. Nestas condições, programas de descentralização desenhados de forma a minimizar os custos financeiros e administrativos de gestão passam a ter um peso decisivo na decisão das administrações locais.” Marta T. S. Arretche, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 14 (40), JUNHO DE 1999

Deve-se ter políticas públicas claras, estabelecidas em conjunto com os movimentos sociais e com a sociedade, fazendo parte de um planejamento estratégico onde esteja relacionado: políticas sociais de entrega de dinheiro público durante um certo período para pessoas necessitadas, enquanto um mecanismo para desafogar pressões da fome. No entanto, estas pessoas deverão estar comprometidas em conquistar a autonomia, enquanto que essa política deverá estar vinculada a uma política de formação de empreendimentos solidários e autogestionários.

Vejo que no mínimo quatro instrumentos de políticas públicas podem ser implementadas ao longo de quatro anos de gestão. A formação é a

primeira. Inclusive com a definição de um peso relevante para a educação associativa, cooperativa e de auto-gestão nos cursos públicos de nível superior - graduação e pós-graduação - nas diversas áreas de conhecimento. Antes de partir para a formação, o formador deve ser formado. Porém, não deve se limitar a isso. Deve-se ter uma política de crédito para fomentar esses empreendimentos associada à uma política de construção da viabilidade, fazendo com que instituições públicas e privadas passem a demandar produtos e serviços desses empreendimentos solidários e autogestionários. E por último, hoje, pode-se visualizar a construção física de Distritos de Economia Solidária, em cada município, similar aos Distritos para empresas tradicionais, através de apoio a projetos de instalação de empreendimentos solidários relacionados à internalização de cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento municipal e regional. A proposta seria a de ter, em funcionamento, algumas cadeias produtivas e de comercialização, por exemplo: construção civil, mobiliário, têxtil, metalúrgico, agricultura familiar com agroindústria diferenciada e produtos orgânicos, entre outras, possibilitando a dinamização da economia solidária.

Conclusão

As experiências solidárias mostram que na história do capitalismo sempre existiram movimentos sociais de resistência ao processo de exclusão social. No entanto, foram marcadas pelo isolamento e com pouca repercussão para a gestação de uma economia que pretende se tornar uma alternativa concreta ao desemprego e ao modelo de concentração de renda e de poder.

A economia solidária na atualidade pode estar criando novos referenciais para os trabalhadores e para a sociedade em geral. Entendo a construção de uma economia solidária enquanto uma articulação de movimentos sociais de resistência organizando experiências piloto bem sucedidas e que sirvam como referência para outros trabalhadores compreenderem ser possível o rompimento com a cultura da subalternidade e da suposta necessidade de uma gerência científica que ordene aos empregados o que cada um deve cumprir, um dos pilares da ideologia capitalista.

Na ótica dos trabalhadores, coloca-se a necessidade da formação de trabalhadores politécnicos com capacidade para desenvolverem suas potencialidades profissionais, para intervirem em funções e postos de trabalho e que nunca tiveram oportunidade anteriormente. Para isso, é estratégico que a formação dos trabalhadores seja compreendida enquanto um processo continuado e integrado, em suas diversas dimensões - interdisciplinar, técnica, administrativa e política.

Pode-se expressar isso a partir de experiência obtida, e compartilhada em discussões nos fóruns universitários e com os movimentos sociais, em visitas a experiências que pretendem ser autogestionárias e solidárias, cooperativas do MST, da CUT e da UNITRABALHO.

Concluo que na atualidade nossa capacidade de inclusão social dos trabalhadores desempregados é muito menor que o ritmo de crescimento da exclusão social. Faltam recursos financeiros, faltam quadros técnicos e políticos, além de uma clara compreensão sobre quais as reais possibilidades que uma economia solidária, inserida em uma economia capitalista, pode oferecer enquanto uma alternativa para o desemprego e a exclusão.

Portanto, torna-se fundamental o compromisso dos representantes dos trabalhadores com a organização de movimentos sociais autênticos e com políticas públicas que construam o processo de emancipação e não que reproduzam o assistencialismo, a cooptação ou medidas compensatórias. Evidente que será necessário no curto prazo políticas públicas emergenciais de caráter essencialmente assistencial, se não forem bem articuladas com um planejamento estratégico que oriente o que pode e deve ser feito ao longo do tempo. Em termos concretos, as políticas públicas sociais - renda mínima, bolsas e outras - podem estar articuladas e integradas com o processo de formação técnica, administrativa e política de empreendedores solidários na perspectiva da autogestão.

Ao mesmo tempo, entendo que se deve tomar o máximo de cuidado para que os movimentos sociais comprometidos com a transformação social necessária e desejada não entrem, eu diria até sem compreenderem bem as suas implicações, no jogo da massificação na organização dessas experiências pretendendo-se resolver, se possível no curto prazo, o problema do desemprego. Eu afirmaria que as elites querem exatamente isso. Em resposta, os trabalhadores poderiam continuar na construção de um referencial teórico consistente em apoio à prática do desenvolvimento e da articulação de seus empreendimentos em redes de economia solidária nacional e internacional.

Bibliografia

Donzelot Jacques. *L'invention du social*, Paris, Fayard, 1984

Eid, Farid. Trajetórias do Cooperativismo: debate teórico e experiências concretas. Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo. II Curso de Extensão em Direitos Humanos – UFSCar/UNESCO. São Carlos, nov. 2000.

Eid, Farid. Séminaire DEA de Bruno Lautier “Travail salarié, travail non-salarié et protection sociale dans le Tiers-Monde”, France.

Eid, F; Gallo, A. R; Pimentel, A. E. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. IV Encontro Regional da ABET, Rio Grande do Sul, 2001.

Ewald F. *L'Etat providence*, Paris, Grasset, 1983.

Gaiger, L. *et al.*, A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 15, 1999.

Gaiger, L. I. Significados e tendências da Economia Solidária. In: Sindicalismo e Economia Solidária. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999, pp. 29-42.

Icaza, A. M. Trajetórias do Cooperativismo: debate teórico e experiências concretas. Ciclo de Debates sobre o Cooperativismo. II Curso de Extensão em Direitos Humanos – UFSCar/UNESCO. São Carlos, nov. 2000

Lautier, B. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Éditions La Découverte, Paris, 1994.

Palloix, Christian et ZARIFIAN, Philippe. *La société post-économique*, L'Harmattan, 1988.

Polanyi, Karl. *La grande transformation*, Gallimard, 1983.

Rosanvallon, P. *La crise de l'Etat-providence*, Paris, Seuil, 1985.

Singer, P. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil In: CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999a: 51-60.

_____ *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 3ed. São Paulo, Contexto, 1999b.